

Gabinete de representação do Governo da Região Autónoma da Madeira junto da UE

DIREÇÃO REGIONAL DOS ASSUNTOS EUROPEUS

Boletim n°1

DESTAQUES

COMISSÃO EUROPEIA ENCERRA PROCESSO RELATIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DA ZONA FRANCA DA MADEIRA



No dia 1 de Junho, a Comissão Europeia decidiu encerrar 62 procedimentos dado que os problemas identificados nos Estados-Membros em causa foram resolvidos sem que fosse necessário prosseguir com o procedimento.

A infração relativa a adjudicação do contrato de concessão de serviços para a gestão e exploração da Zona Franca da Madeira pela Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM), cujo processo foi aberto em Dezembro de 2020, foi finalmente arquivado.

EVENTO "INVESTIR EM PORTUGAL"



No dia 24 maio, O ISCTE Executive Education e a consultora Eupportunity organizaram um debate sobre o tema "Investir em Portugal: Transformação, Inovação e Competitividade no Contexto Europeu", que contou com a presença do Dr. Paulo Portas, ex-Vice Primeiro-Ministro de Portugal e antigo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, e do Dr. Basílio Horta, Presidente da Câmara Municipal de Sintra e membro do Comité das Regiões.

Os intervenientes refletiram sobre aqueles que são os fatores cruciais de sucesso determinantes para a economia portuguesa e a forma como podem ser potenciados para garantirem uma indústria atrativa de Investimento Direto Estrangeiro, geradora de emprego, riqueza e valor económico e social. Foram apresentados os resultados de um caso de estudo sobre o setor industrial de tabaco que, presente em todo o território nacional (Portugal Continental e Regiões

Autónomas dos Açores e da Madeira), assume um papel de destaque na Europa com cerca de 15% do total das vendas no mercado europeu.

O evento foi seguido por um jantar que contou com a presença de 30 convidados, entre os quais o Exmo. Sr. Pedro LOURTIE, Representante Permanente COREPER II, os Eurodeputados Maria da Graça Carvalho e José Manuel Fernandes, e o Dr. Hugo Sobral, chefe de Gabinete da Comissária Europeia Elisa Ferreira.

No dia 31 de Maio, a associação mundial do setor dos cruzeiros (CLIA), organizou uma mesa redonda no parlamento europeu intitulada "Turismo de Cruzeiro sustentável acessível e inclusivo — Apoiar as comunidades e destinos locais", durante a qual sensibilizou para uma melhor conceção de políticas europeias e locais a favor de soluções para o crescimento económico, social e a proteção do ambiente.

O evento contou com a participação dos eurodeputados Elena Kountoura e Petar Vitanov, membros da comissão dos Transportes e Turismo, e de Josianne Cutajar e Cristian-Silviu Buşoi, respetivamente membro e Presidente da comissão da Indústria, da Investigação e da Energia do Parlamento Europeu.

EVENTO NO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE O TURISMO MARÍTIMO



No dia 31 de Maio, a associação mundial do setor dos cruzeiros (CLIA), organizou uma mesa redonda no parlamento europeu intitulada "Turismo de Cruzeiro sustentável acessível e inclusivo — Apoiar as comunidades e destinos locais", durante a qual sensibilizou para uma melhor conceção de políticas europeias e locais a favor de soluções para o crescimento económico, social e a proteção do ambiente.

O evento contou com a participação dos eurodeputados Elena Kountoura e Petar Vitanov, membros da comissão dos Transportes e Turismo, e de Josianne Cutajar e Cristian-Silviu Buşoi, respetivamente membro e Presidente da comissão da Indústria, da Investigação e da Energia do Parlamento Europeu.

CINCO PROPOSTAS PARA APOIAR UM TRANSPORTE MARÍTIMO LIMPO E MODERNO



A Comissão Europeia apresentou no dia 1 de Junho cinco propostas legislativas para modernizar as regras da UE em matéria de segurança marítima e para dotar os Estados Membros de novos instrumentos para apoiar o transporte marítimo limpo e moderno. 75 % do comércio externo da UE efetua-se por via marítima; este setor constitui uma pedra angular das economias das regiões ultraperiféricas da UE.

As propostas alinharão as regras da UE com a regulamentação internacional, garantindo condições de concorrência equitativas para o setor e melhorando simultaneamente a sua aplicação e a garantia do seu cumprimento através da digitalização e de uma maior cooperação a nível da UE.

A Agência Europeia da Segurança Marítima (AESM) em Lisboa desempenhará um papel proeminente na aplicação dos novos requisitos através do apoio que prestará à administração dos Estados-Membros para garantir o cumprimento das novas regras.

As propostas serão agora examinadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, em conformidade com o processo legislativo ordinário.

DEBATE PÚBLICO SOBRE A AS REGRAS ORÇAMENTAIS DA UE



A 31 de Maio, a Fundação Francisco Manuel dos Santos patrocinou um evento com a POLITICO e a consultora Eupportunity intitulado "Um puzzle muito europeu: equilibrar os orçamentos e promover o crescimento".

A União Europeia enfrenta um dilema económico após uma recessão grave e abrupta causada pela pandemia de Covid-19 e pela invasão russa da Ucrânia. Embora o Next Generation EU apele a um plano de investimento ambicioso, a maioria dos Estados-Membros da UE enfrenta níveis recorde de dívida pública e o aumento da inflação pode desencadear uma nova crise financeira que desestabilizaria os mercados de dívida soberana. A conferência centrou-se sobre a necessidade de revisão urgente das regras orçamentais da UE que financiam o seu orçamento e a estratégia que deve apresentar para promover o crescimento económico sustentável num mundo em mudança, com o protecionismo americano e as crescentes tensões geopolíticas entre a China e o Ocidente.

A Eurodeputada Margarida Marques participou no primeiro painel sobre "Como pode a Europa passar de um faroeste orçamental para uma nova ordem orçamental?". O Diretor-Geral para a concorrência na Comissão Europeia, o Sr. Olivier Guersent, participou no segundo painel sobre "Como pode a política industrial promover o crescimento em tempos de turbulência geopolítica?"

NEGOCIAÇÕES SOBRE O FUTURO TRATADO SOBRE OS PLÁSTICOS



Os negociadores reunidos na UNESCO desde 29 de Maio tentam definir obrigações potenciais do futuro tratado e medidas para as cumprir. Os delegados nacionais exprimiram as suas opiniões sobre ações mais ou menos rigorosas, como um objetivo de redução da produção global de plásticos primários, uma moratória sobre a produção, uma proibição ou controlo da produção de certos produtos de plástico, como os produtos de utilização única, tecnologias de gestão de resíduos e a aplicação ou não do princípio do poluidor-pagador. Os meios de implementação, incluindo a espinhosa questão do financiamento, fazem parte das discussões em curso.

O presidente do comité de negociação, Gustavo Meza-Cuadra, é responsável pela obtenção de um mandato para preparar o primeiro projeto de texto até à próxima sessão de negociações, em Novembro.

REGULAMENTO SOBRE A RESTAURAÇÃO DA NATUREZA



Na noite de 31 de Maio, os relatores da comissão do Ambiente do Parlamento Europeu chegaram a um compromisso sobre o regulamento relativo à restauração da natureza. Este

texto de compromisso conta com o apoio dos grupos S&D (socialistas), Greens/EFA (ecologistas), GUE/NGL (esquerda) e RENEW (liberais).

O Partido Popular (PPE) recusou-se em participar nas negociações finais, tendo pedido que o texto seja rejeitado de imediato: esta posição foi adotada pelas comissões parlamentares da Agricultura e das Pescas, que têm competências partilhadas sobre certas partes do regulamento. O PPE pediu ao executivo europeu que apresente um novo texto, considerando que o texto atual "conduzirá a uma quebra da produção alimentar na Europa e a um aumento dos preços dos alimentos". O vice-presidente executivo da Comissão Europeia, Frans Timmermans, já indicou que esta não é uma opção.

O objetivo global do texto foi alterado para o alinhar com o acordo de Montreal sobre a biodiversidade. Os Estados terão, portanto, de assegurar que, até 2030, sejam implementadas ações de recuperação em 30% das áreas degradadas da UE, em vez de 20% do território europeu. As obrigações relativas à não deterioração dos habitats enumeradas no regulamento foram flexibilizadas. O compromisso proposto implica uma obrigação de meios (terão de ser implementadas ações para evitar a deterioração dos habitats) e não de resultados. Por conseguinte, alguns dos indicadores para os quais os Estados-Membros devem obter uma tendência ascendente para os ecossistemas agrícolas e as florestas foram tornados facultativos.

A comissão do Ambiente deverá votar este compromisso a 15 de Junho, bem como as alterações de rejeição do regulamento apoiadas pela direita e adotadas pelas comissões da Agricultura e das Pescas.

RELATÓRIO DE INICIATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR



A comissão da Agricultura do Parlamento Europeu publicou o relatório adotado em 25 de abril intitulado "Garantir a segurança alimentar e a resiliência a longo prazo da agricultura da EU". Um considerando refere-se à situação das regiões ultraperiféricas: "Considerando que a agricultura é de grande importância para a economia das regiões ultraperiféricas da UE, que enfrentam frequentemente uma situação de segurança alimentar particularmente frágil; considerando que, devido à natureza da segurança alimentar, os custos de reagir após o fato são mais elevados do que os de intervir mais cedo;"

O texto será debatido e aprovado na sessão plenária de 14 de Junho.

ACORDO PROVISÓRIO SOBRE O REGULAMENTO DE CONTROLO DAS PESCAS



Cinco anos após a proposta da Comissão Europeia de revisão do regime de controlo das pescas e após 12 trílogos, o Parlamento Europeu, o Conselho da UE e a Comissão Europeia chegaram finalmente a um acordo provisório sobre este texto na terça-feira, 30 de Maio.

Os negociadores chegaram a acordo sobre os seguintes pontos:

1- A margem de erro máxima tolerada entre as quantidades registadas pelos capitães no seu diário de bordo e o resultado da pesagem no porto: 10% por espécie (20% para qualquer outra espécie a bordo que não exceda 100 kg). Os pescadores da pequena pesca terão uma margem de tolerância de 20%, devido à dificuldade de estimar o tamanho das pequenas capturas. A margem de tolerância para as capturas acessórias será de 0,5%.

- 2- Sistemas de controlo: os navios da UE de 18 metros ou mais suscetíveis de apresentar um risco de incumprimento terão de estar equipados com sistemas de controlo eletrónico à distância (REM), incluindo CCTV, para garantir o cumprimento da obrigação de desembarque. Os países da UE terão de criar sistemas para seguir a posição e os movimentos de todos os navios de pesca da UE, incluindo os de menos de 12 metros. No entanto, os Estados-Membros podem isentar os pequenos navios da obrigação de utilizar sistemas de monitorização de navios (VMS) até 2030, em circunstâncias limitadas e justificadas.
- 3- Rastreabilidade: a informação sobre o peixe fresco e congelado será totalmente acessível, incluindo em formato digital. Este sistema de rastreabilidade digital será igualmente alargado aos produtos da pesca transformados (na sequência de um estudo da Comissão e de uma fase de transição de cinco anos).
- 4- Sanções: o valor dos produtos da pesca capturados por um navio definirá o nível mínimo da coima aplicada em caso de infração grave das regras. Em caso de infrações repetidas, a sanção será, pelo menos, o dobro do valor médio dos produtos. Os países da UE terão de verificar a conformidade da pesca recreativa e determinar as sanções adequadas. Terão igualmente de criar um sistema de recolha de dados, nomeadamente sobre as capturas efetuadas no âmbito de atividades não comerciais (competições desportivas). As atividades de pesca lúdica que vendam capturas de peso superior a 10 kg ou de valor superior a 50 euros serão consideradas infrações graves.
- 5- Registo dos pescadores desportivos e declaração diária das capturas.

De um modo geral, as novas regras deste texto sobre os controlos serão aplicáveis dois a quatro anos após a adoção formal do regulamento pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da UE.

RECIPROCIDADE DE NORMAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL



Os negociadores do Parlamento Europeu consideram a possibilidade de incluir um capítulo sobre a reciprocidade de normas sobre o comércio internacional no regulamento relativo à utilização sustentável dos pesticidas (SUR). Este novo capítulo abrange a possibilidade de aplicar as normas europeias aos produtos importados através das chamadas medidas "espelho" e prevê igualmente a abolição sistemática das tolerâncias de importação de pesticidas proibidos na UE por razões ambientais, e já não apenas por razões de saúde. A proibição da produção e da exportação de pesticidas perigosos proibidos na UE também poderia ser introduzida neste capítulo, mas há menos consenso sobre este ponto.

Os serviços técnicos do Parlamento e a Comissão ainda não se pronunciaram sobre a viabilidade da proposta.

FUTURA PROPOSTA DA COMISSÃO EUROPEIA SOBRE AS NOVAS TÉCNICAS GENÓMICAS



Numa conferência sobre inovação, realizada a 31 de Maio, o Ministro espanhol da Agricultura, Luis Planas, confirmou que Madrid pretende concluir um mandato do Conselho sobre a legislação relativa às novas técnicas genómicas (NGT) durante a sua Presidência que decorrerá de 1 de Julho a 31 de Dezembro de 2023.

Luis Planas apelou à Comissão para que apresente a sua proposta de regulamento a 5 de Julho, como previsto. Anunciou também que a reunião informal dos 27 ministros da Agricultura, que se realizará de 3 a 5 de Setembro em Córdoba, será consagrada ao papel das novas tecnologias na luta contra as alterações climáticas.

Para além da inovação, identificou três outras prioridades fundamentais para a Presidência: garantir a segurança alimentar e sanitária, valorizar o papel da PAC e valorizar as zonas rurais.

O programa da presidência espanhola do Conselho da EU poderá no entanto ser perturbado pela antecipação das eleições legislativas, marcadas para 23 de Julho.

OPORTUNIDADES DE EMPREGO NAS INSTITUICOES EUROPEIAS



Existem várias formas de entrar nas instituições Europeias, seja em Bruxelas, no Luxemburgo, em Estrasburgo ou nos Estados Membros da EU, através de:

- O concurso de funcionários <u>permanentes</u> da função pública Europeia (tempo indeterminado)
- O processo de seleção de agentes <u>contratuais</u> (por um período máximo de 6 anos)
- O processo de seleção de agentes temporários (por um período máximo de 6 anos)
- O processo de seleção de <u>estagiários</u> (5 meses)
- Peritos nacionais destacados (geralmente 2 anos)

Existem diferentes categorias e graus de funcionários permanentes e agentes contratuais e permanentes

Pessoal permanente (funcionários)

O pessoal permanente é composto por membros da função pública da União Europeia com um contrato por tempo indeterminado. Há três categorias de funcionários permanentes da UE:

Administradores (AD)

A carreira de administrador vai do grau AD 5 ao grau AD 16. Os candidatos licenciados são recrutados no grau AD 5. A seleção e o recrutamento também são possíveis nos graus AD 6 ou AD 7 para funções mais especializadas. Os graus AD 15 e AD 16 estão reservados aos diretoresgerais.

Assistentes (AST)

A carreira de assistente vai do grau AST 1 ao grau AST 11, sendo os assistentes geralmente recrutados nos graus AST 1 ou AST 3.

Secretários/escriturários (AST/SC)

A carreira de assistente-secretário vai do grau AST/SC 1 ao grau AST/SC 6 (a maioria dos assistentes-secretários são recrutados no grau AST/SC 1).

Agentes contratuais

Os agentes contratuais são recrutados de duas formas diferentes: através do procedimento CAST Permanente ou através de um processo de seleção ad hoc. Os lugares de agentes contratuais estão divididos em quatro grupos de funções (níveis de carreira) de GF I a GF IV.

Agentes temporários

Os agentes temporários são recrutados para prover vagas nas instituições e agências da UE por um período de tempo fixo, que pode variar entre alguns meses e alguns anos. Os agentes temporários ocupam posições que exigem diferentes tipos de qualificação e especialização, podendo ir de lugares de assistente a lugares de administrador de grau hierárquico mais elevado.

Contrariamente aos processos de recrutamento de funcionários e agentes contratuais, o processo de seleção de agentes temporários é feito diretamente a nível do serviço que recruta o agente, e não a nível da EPSO.

Estagiários

As instituições e os organismos da União organizam estágios para recém-licenciados com uma duração de cinco meses: os estágios decorrem de Março a Julho e de Outubro a Fevereiro. Os estagiários recebem cerca de 1 200 EUR por mês.

Peritos nacionais destacados

Os peritos nacionais destacados (PND) são funcionários públicos qualificados dos Estados-Membros que, durante um período determinado (geralmente 2 anos), põem os seus conhecimentos especializados ao serviço da UE. As instituições e as agências europeias recrutam-nos sempre que necessitam de pessoal com o conjunto de competências únicas que os PND possuem. Concluído o seu período de destacamento, os PND regressam à administração pública do país de origem levando consigo a experiência adquirida na UE.

Oportunidades de emprego
Processos de seleção
Oportunidades de estágios
Tabela salarial

CAST-Permanent

Os processos de seleção para agentes contratuais (CAST-Permanent) e os concursos para funcionários públicos incluem uma série de testes destinados a avaliar as competências gerais e específicas dos candidatos. A direção responsável pela primeira etapa de seleção (provas) é a EPSO - European Personnel Selection Office.

Eis algumas das principais datas (indicativas por o momento) para as provas do CAST este ano:

Prazo de inscrição para os testes: 16 a 21 de Junho de 2023

Período de testes: 27 a 29 de Junho de 2023

Publicação dos resultados dos testes de raciocínio pela EPSO: 18 de Julho de 2023

Prazo de inscrição para os testes: 7 a 11 de Setembro de 2023

Período de testes: 13 e 14 de Setembro de 2023

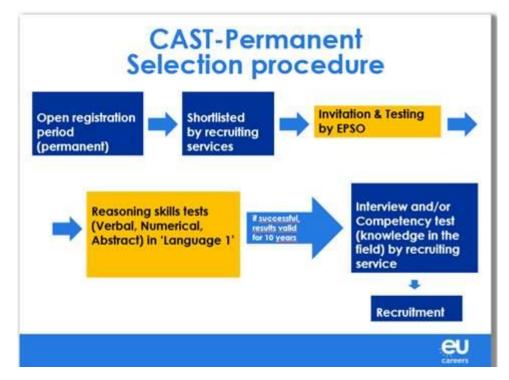
Publicação dos resultados dos testes de raciocínio pela EPSO: 4 de Outubro de 2023

Prazo de inscrição para os testes: 9 a 13 de Novembro de 2023

Período de testes: 15 a 16 de Novembro de 2023

Publicação dos resultados dos testes de raciocínio pela EPSO: 6 de

Dezembro de 2023



Um novo modelo de concurso mais rápido, mais simples e mais acessível

Na sequência de uma profunda reavaliação do atual processo de seleção, o órgão de direção do EPSO decidiu suprimir as provas orais dos processos de seleção do EPSO. Os futuros concursos darão uma maior ênfase às qualificações dos candidatos e a uma série de provas escritas, realizadas numa única sessão. Todos as provas serão feitas em linha e vigiadas à distância.

Os futuros processos de seleção do EPSO terão a seguinte estrutura:

• Provas de raciocínio verbal, numérico e abstrato

As provas de raciocínio verbal, numérico e abstrato continuam a fazer parte dos processos de seleção. A novidade é que os candidatos não serão classificados em função dos resultados, precisando apenas de obter uma nota mínima para passarem à fase seguinte do processo de seleção.

 Um questionário de escolha múltipla no domínio dos concursos para especialistas OU uma prova de conhecimentos sobre a UE no caso dos concursos para generalistas

A prova de conhecimentos sobre a UE centrar-se-á, por exemplo, em questões importantes relacionadas com o funcionamento da UE, as suas políticas e os seus procedimentos.

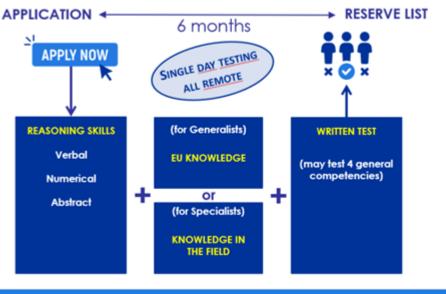
Os candidatos terão a oportunidade de consultar em linha as fontes utilizadas para criar a prova, pelo que o nível desta será acessível mesmo para quem nunca tenha estudado assuntos europeus na universidade ou trabalhado nesta área.

Prova escrita

Todos os concursos incluirão uma prova escrita (geralmente, um caso prático) para avaliar as competências de redação dos candidatos.

Na sequência da realização das provas, o júri elabora uma lista de reserva com os nomes dos candidatos aprovados. A lista é então disponibilizada às instituições para fins de recrutamento.

Elements of a competition



EPSO: Matching Aspiring Talent with EU Careers



<u>Eis algumas das principais datas de publicações de futuros processos de seleção para</u> concursos este ano:

- 22 de Junho: AD6 para economistas
- 20 de Julho: AD6 para administradores no domínio da propriedade intelectual (agencia de Propriedade intelectual em Alicante)
- 27 de Julho: administradores nos domínios da gestão de crises, migração e segurança interna
- Outono: AD5 para generalistas
- Data por determinar: administradores no domínio dos transportes (grau AD ainda a determinar)

CALENDÁRIO DO MÊS DE JUNHO EM BRUXELAS

Semana de 29 de Maio a 2 de Junho	Semana de 5 a 9 de Junho	Semana de 12 a 16 de Junho	Semana de 19 a 23 de Junho	Semana de 26 a 30 de Junho				
PARLAMENTO EUROPEU								
Mini sessão plenária em Bruxelas (31/5-1/6)	Semana azul: reuniões dos grupos políticos	Semana vermelha: sessão plenária em Estrasburgo (12-15/6)	Semana verde: os eurodeputados estão nas suas circunscrições	Semana rosa: reuniões das comissões parlamentares				

1	İ	İ	l	1			
	Reunião da comissão do Ambiente (COM ENVI) (5/6)	Adoção em plenário da Resolução sobre as RUP (relatório de Alvaro Amaro)		Prémios dos Eurodeputados / The Parliament MEP Awards (27/6)			
	Reunião da comissão da Agricultura (COM AGRI) (8/6)						
CONSELHO							
Conselho Agricultura e Pescas	Conselho Justiça e Assuntos Internos	Eurogrupo	Conselho Transporte, Telecomunicações e Energia	Conselho Agricultura e Pescas			
Conselho Assuntos Gerais	Reunião informal dos ministros da Agricultura e das Pescas	Conselho Assuntos Económicos e Financeiros	Conselho do Ambiente	Conselho dos Negócios Estrangeiros			
Conselho Transporte, Telecomunicações e Energia	Conselho Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores	Conselho do Ambiente	Reunião informal do Conselho Assuntos Gerais	Conselho Europeu, 29- 30 de Junho de 2023			
Reunião da Comunidade Política Europeia	Grupo de trabalho do Conselho - nova proposta de compromisso da presidência sueca sobre o regulamento relativo à utilização sustentável dos pesticidas						



Webinar sobre conectividade via satélite / Webinar on satellite connectivity (30/5)	Semana Verde da EU / EU Green Week (6-7/6)	Grupo de trabalho RUP com a DG REGIO e os representantes dos governos das 9 regiões ultraperiféricas (20/6)	Semana Europeia das Energias Sustentáveis / European Sustainable Energy Week (20- 22/6)	
	Conferência das partes interessadas sobre a Saúde / EU4Health Stakeholders' Conference (9/6)			
		OUTROS		
Conferência sobre o equilíbrio dos orçamentos e a promoção do crescimento na EU, com a eurodeputada Margarida Marques e o economista Ricardo Reis (31/5)	Conferência no Parlamento Europeu sobre a iniciativa BEST (Acção preparatória sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistémicos nos Territórios Europeus Ultramarinos) (7/6)	Comemoração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (12/6)	Evento O Melhor de Portugal no Parque do Cinquantenaire (17-18/6)	

GABINETE DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA JUNTO DA UE

Rond-point Schuman, 14 – 4.º | 1000 – Bruxelas | BÉLGICA

<u>Direção Regional dos Assuntos Europeus</u>

https://www.madeira.gov.pt/

Quero receber este boletim I Quero deixar de receber este boletim